

INFORME

O GT De Educação Especial na XV Reunião da ANPED (Setembro de 1992)

Na XIV Reunião da ANPED, os participantes do Grupo de Trabalho de Educação Especial decidiram desencadear uma pesquisa exploratória nessa área, como programação preparatória para a XV Reunião Anual. Dois objetivos centrais nortearam a escolha dessa programação:

- assegurar a continuidade dos trabalhos do Grupo, através de um elo entre os participantes;

- delinear um perfil do que está ocorrendo na área.

O cumprimento do que havia ficado estabelecido deu-se da seguinte forma:

1. Cada participante relatou por escrito o que vem realizando, guiado pela seguinte questão definida na XIV Reunião: "Quais os projetos, ou práticas, ou pesquisas, ou cursos, ou outras atividades que faz e como servem de subsídios à formação do educador ou pesquisador da Educação Especial?"

2. Os participantes enviaram os relatos escritos para a Coordenadora do Grupo de Trabalho.

3. Fez-se análise e discussão dos dados registrados, na Reunião de Intercâmbio, realizada na Faculdade de Educação da USP, nos dias 11, 12 e 13 de maio de 1992.

A Pesquisa exploratória recebeu apoio da Diretoria da ANPED, no sentido de obtenção de financiamento de Órgãos Federais. Foi, então, realizado conjuntamente, por essa Diretoria e

pela Coordenadora do G.T., uma proposta científica que viabilizasse a Pesquisa. Foi concedido apoio financeiro pela CAPES.

A Coordenação recebeu relatos de 18 pesquisadores de seis Estados (Bahia, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo). Os pesquisadores que enviaram a descrição de suas atividades podem ser assim caracterizados, no que diz respeito ao envolvimento com programas de Pós-Graduação:

— Prof. Dr. Orientador de Mestrado e Doutorado: 2

— Prof. Dr. Orientador de Mestrado: 7

— Prof. Mestre Orientador de Monografias e Projetos em Cursos de Especialização: 5

— Mestrandas que desenvolvem suas pesquisas em Educação Especial: 4

Estiveram presentes ao intercâmbio 12 pesquisadores, ficando ausentes: a representante do Estado do Maranhão, uma pesquisadora do Rio de Janeiro e quatro pesquisadoras do Estado de São Paulo.

O intercâmbio teve como objetivo reunir instituições e pessoas para sistematizar atividades desenvolvidas em Educação Especial. Visou analisar o material de trabalhos realizados em diferentes regiões do país para traçar um perfil das atividades nessa área, naquilo que tem contribuído para a formação do professor especializado e do pesquisador.

No intercâmbio, experienciaram-se dificuldades apontadas na justificativa da propos-

ta: o delineamento do que sucede na área, a partir do registro por escrito de ações heterogêneas e autônomas, não foi fácil. Buscou-se para isso um caminho próprio de análise e interpretação dos dados. Isso exigiu clareza na fundamentação teórica e estabelecimento de um método de pesquisa para análise de material escrito.

Antes de dar início à análise dos relatos, foram discutidas com o Grupo as possibilidades do uso do método fenomenológico com esse tipo de material. Foram realizados exercícios de descrição como atividade preparatória.

A preocupação em assegurar para a XV Reunião o delineamento de um perfil do que está ocorrendo na área fez com que se procurasse dinamizar mais os trabalhos no Intercâmbio. Nesse sentido, a etapa de interpretação de dados foi alterada. Apenas a interpretação dos primeiros relatos analisados foi feita em duplas para que se exercitasse "interpretar a partir dos dados descritos". Baseados nos primeiros relatos analisados (pela descrição e interpretação), foram levantados alguns itens (categorias) que direcionaram a análise dos outros relatos. Passou-se, então, a realizar a descrição dos dados em duplas e a interpretação coletivamente. As categorias definidas pelo Grupo para análise do material são as que aparecem a seguir:

CATEGORIAS PARA ANÁLISE DOS RELATOS

Perfil do que está sendo feito em Educação Especial, por um grupo de educadores pesquisadores:

1. Caracterização da atividade

Pesquisa (tema, tipo, Instituição, etapa, método, divulgação)

Extensão e ensino

Administração

2. Dimensão da atividade — abrangência em termos do que se propõe e de ligação com outras realizações e outros cursos da Instituição.

3. Aplicabilidade do trabalho em relação ao público alvo.

4. Forma de atuação do participante na Atividade.

5. Origem e destinatário: tipo de Órgão a que as atividades estão ligadas e clientela alvo.

2. Problemas levantados, propostas e sugestões.

3. A Pós-Graduação frente aos dados levantados.

Na XIV Reunião, o G.T. preocupou-se em delimitar com maior clareza sua identidade, tendo-a assim registrado: Educação Especial configura-se como um recurso educacional que assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais, o exercício do direito à Educação. Entende-se que tais educandos são aqueles portadores de Deficiência Mental, Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Deficiência Visual, Problemas de Conduta e Superdotados.

Na análise do material do intercâmbio, surgiram dúvidas, porém, quanto a algumas atividades desenvolvidas, registradas no Relatório, que tomaram como base a delimitação da área de Educação Especial feita pelo G.T. na XIV Reunião.

Decidiu-se, então, por consenso, quais as temáticas que deveriam ser listadas e reconhecidas como incluídas na área do G.T. Assim, algumas atividades relatadas não aparecem no Apêndice.

Os temas "meninos de rua" e "idosos" suscitaram a necessidade de, no G.T., na XV Reunião, definir-se com maior precisão o que se entende por "problemas de conduta", sob a ótica de Educação Especial.

Constatou-se que as pesquisas em geral estão voltadas para o portador de Deficiência Mental.

Após a organização dos dados, os participantes discutiram os dois outros itens das cate-

gorias levantadas, que foram, então, sintetizados como aparecem a seguir:

PROBLEMAS, PROPOSTAS E SUGESTÕES

Conforme consta nos Relatos, nem todas as Universidades têm Habilitação no Curso de Pedagogia para formação do professor especializado, como se pode ver pelos dados apresentados a seguir.

Universidades e Habilitação para formação do Professor Especializado:

Há Habilitação	Não há habilitação
USP	UFF
UERJ	UFSCar
UNICAMP	UFB
UNIMEP	UEL
	UEPe

Frente a esse quadro foram levantadas as seguintes questões:

1. Como é formado o professor especializado?
2. Que estrutura tem a Universidade para formação do professor nesta área?
3. Que informações e instrumentação tem o professor do ensino regular para o encaminhamento do aluno especial?
4. Que abordagem política e ideológica os cursos de formação do educador tem para lidar com a Educação Especial?
5. A quem cabe a responsabilidade da formação de atendentes ou outros profissionais que trabalham com deficientes, inclusive pais?

As Propostas e Sugestões foram discutidas e reiteradas na XV Reunião. Neste relato, aparecem no item XV Reunião da ANPEd”.

Quanto às questões 1 e 2, referentes à formação do professor especializado e a Universidade, as discussões baseadas nos trabalhos encomendados para o GT Educação Espe-

cial, assinalaram dois pontos básicos:

1. a importância da formação de um educador que disponha de ampla fundamentação em Educação.

2. a necessidade de Cursos que ofereçam recursos práticos e conhecimentos para o trabalho específico com o portador de deficiência.

Os relatos e debates dos educadores/pesquisadores de diferentes Estados (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo) evidenciaram situações diversificadas que levam a priorizar um ou outros desses pontos. Dados dos Estados (Amazonas, Espírito Santos, Paraná e Rio Grande do Sul) são citados a seguir como ilustração. Em Manaus há três professoras na área de Educação Especial trabalhando na APAE, que fizeram Cursos Adicionais (recursos específicos) sobre DM. A Universidade não tem Especialização ou Habilitação (formação ampla em Educação). Em Vitória (ES), a formação do professor especializado se faz através de Curso de Atualização (recursos específicos) oferecidos à professora normalista. No Paraná, 80% dos professores que atuam em Educação Especial só tem Magistério, Maringá e Curitiba (PR) estão formando de três a quatro turmas através de Cursos Adicionais. Nesse Estado, para trabalhar em Educação Especial e professor tem que ter Curso Adicional ou Pós Graduação (formação ampla). Em Santa Maria (RS), a formação do educador em Educação Especial é de quatro anos, em nível universitário. O Concurso Público de ingresso ao magistério em Educação Especial, no entanto, exige que o candidato tenha Curso Normal e Adicional, ficando o professor universitário eliminado do ingresso à Escola Pública. Esse impasse existente entre condições de trabalho e formação do professor especializado permanece e é encontrado também nos outros Estados.

Isso deixou claro que não se pode fazer uma recomendação única para a formação do

educador especializado. Ela deve ser feita em todos os níveis (Habilitação, Pós Graduação, Cursos Adicionais) para que o trabalho profissional baseado em conhecimentos específicos substitua o trabalho improvisado de leigos, marcado por um cunho paternalista.

Quanto à questão 3, referente às fontes de informações do professor comum, para encaminhamento do aluno especial, ficou da seguinte forma: a pesquisa exploratória e as discussões sobre essa questão na XV Reunião poucos dados concretos acrescentaram a esse item. Foram assinalados assessoramentos esporádicos à instituições, pessoas, Secretarias e Órgãos Públicos que procuram as Universidades nesse sentido.

A questão 4, referente à abordagem política e ideológica da Educação Especial foi priorizada na proposta de continuidade dos trabalhos do GT para a XVI Reunião Anual, apresentada adiante.

Quanto à questão 5, referente à formação de atendentes e outros profissionais para lidar com portadores de deficiência, alguns dados para discussão desse item apareceram nos Trabalhos Encomendados. A grade curricular de alguns Cursos de Habilitação no Estado de São Paulo, de enfoque mais clínico, estiveram voltados também para a formação de outros profissionais, além de professores. Esta questão traz para a universidade, entre outras, a tarefa de sinalizar aos Órgão Públicos ligados à Educação e Saúde, lacunas nas condições oferecidas ao portador de deficiência. Quanto ao atendimento a pais, foram encontrados alguns Projetos e Serviços isolados, oferecidos pelas Universidades que participaram da pesquisa.

Propostas e Sugestões

1. Nos Estados onde há Habilitação, trabalhar para que se oficialize o Concurso Público para lotação de vagas.

2. Onde não há Habilitação, as Universidades

devem se mobilizar para estudar a formação regular do professor nessa área.

3. As Universidades deverão garantir discussões, em qualquer nível de formação do educador, de questões relativas à Educação Especial, para instrumentalizá-lo a tratar o aluno "diferente" na sala de aula e impedir o encaminhamento educacional inadequado, viabilizando o processo de integração.

A PÓS-GRADUAÇÃO FRENTE AOS DADOS LEVANTADOS

Duas questões básicas permearam a discussão neste item:

1. Até que ponto as pesquisas desenvolvidas atendem às necessidades da prática? Há integração sobre o que se pesquisa e o que se precisa saber para uma atuação no campo educacional?

2. Os relatos não trouxeram referências à divulgação do saber científico, desenvolvido pelos pesquisadores. Sem divulgação não há conhecimento.

Esses dois itens alertaram para a necessidade de um órgão divulgador do que se realiza em Educação Especial.

Ficaram como pontos de preocupação para o final da análise a ser realizada na XV Reunião:

1. Definição de linhas da pesquisa prioritária frente aos problemas levantados em Educação Especial, buscando solucioná-los.

2. Ênfase do G.T. como canal de ligação entre a prática registrado nos relatos e nas demais comunicações a serem feitas, e a importância da Pós-Graduação (dos orientadores e pesquisadores envolvidos) para fundamentar e assessorar a prática.

Surgiu ainda a questão dos Cursos de Pós-Graduação "lato sensu". Foi apontada a necessidade de se reestudar a política quanto aos critérios de "lato sensu", à carga horária e monografias, junto ao Conselho Federal de Educação e Capes.

Muitas questões foram levantadas, além das já mencionadas. São apresentadas de forma sintética no resumo da XV Reunião, como se pode ler a seguir.

XV REUNIÃO DA ANPED

A sessão de "trabalhos encomendados" contou com as comunicações escritas da Prof. Dra. Tárzia Dias (UFSCar), Prof. Dr. Marcos Mazzotta (FEUSP), sobre o tema "Formação do educador e do pesquisador em Educação Especial", definido pelo GT para essa Reunião Anual.

Os participantes do GT, ao optarem na XIV Reunião Anual por uma pesquisa conjunta abriram mão da apresentação de trabalhos individuais. Assim, só constam na "Sessão de Trabalhos Apresentados" aqueles que tratam de temas diferentes do definido pelo GT. Para essa Sessão, foram selecionadas as pesquisas da Prof. Dra. Maria Tereza Montoan, da UNICAMP ("A construção da inteligência nos deficientes mentais; um desafio, uma proposta") e Prof. Ângela Carraucho da Silva, da UFRJ ("Reflexões sobre a Educação Especial").

A maior parte de tempo foi dedicada à pesquisa exploratória, discussão a respeito dos dados e definição da continuidade do trabalho do GT nessa proposta conjunta. São descritos a seguir alguns desse itens.

Encaminhamentos para a XVI Reunião da ANPED

1. O GT de Educação Especial decidiu dar continuidade à pesquisa conjunta desenvolvida pelos participantes, ficando essa proposta da seguinte forma:

XV Reunião — delineamento do perfil do que se faz em Educação Especial em algumas cidades de seis Estados brasileiros.

XVI Reunião — delineamento do que se faz em âmbito nacional

Ficou decidido que um dos itens a ser aprofundado é o da análise da fundamentação e

método das pesquisas desenvolvidas, para que se procure identificar as tendências das concepções e ideologias que permeiam a Educação Especial.

2. A coordenação do GT, a ser renovada de dois em dois anos, deverá passar por vários Estados. Educação Especial iniciou suas atividades na ANPED como Grupo de Estudos (GE) na XII Reunião Anual em 1989, passando a Grupo de Trabalho (GT) em 1991. Desde seu aparecimento até a XV Reunião a coordenação esteve junto à Faculdade de Educação da USP. Passou agora para a Faculdade de Educação da UERJ.

3. Os Seminários de pesquisa em Educação Especial, iniciativa de alguns pesquisadores da UERJ e UFRJ, depois integrando outras Universidades, passa a partir da XV Reunião da ANPED a ser assumido pelo GT de Educação Especial.

O próximo Seminário de Pesquisa (3º) ocorrerá em junho de 1993 tendo uma dupla coordenação: a atual coordenadora e a ex-coordenadora do GT de Educação Especial, respectivamente Maria Cecília de Freitas Cardoso e Elcie F. Salzano Masini.

4. Para ser considerado membro permanente do GT de Educação Especial é necessário participar dos trabalhos propostos:

a) através de levantamento de dados da pesquisa conjunta, enviados à coordenadora do GT.

b) participando da Reunião Atual, ou pessoalmente, ou enviando sugestões por escrito.

5. A definição sobre a identidade do GT, feita na XIV Reunião da ANPED foi rediscutida na XV. Ficou, então, estabelecido o que segue: Educação Especial diz respeito ao atendimento educacional de alunos com necessidades especiais, portadores de DA, DF, DM, DV, superdotados, múltipla deficiência, problemas de conduta, excetuando meninos de rua. Ficou para ser rediscutida na XVI Reunião se alunos

com problemas de aprendizagem e de psicose serão incluídos ou não nessa definição.

Quaisquer esclarecimentos ou envio de trabalhos para o GT de Educação Especial para a XVI Reunião Anual da ANPEd deverão ter encaminhados a Maria Cecília de Freitas Cardoso

Av. Prefeito Dulcídio Cardoso 2500/bloco 2/apto. 1904. Barra da Tijuca.

22631-051 — Rio de Janeiro, RJ

Os dados da pesquisa exploratória apresentada na XV Reunião podem ser obtidos com a Coordenação do GT da Educação Especial.

ELCIE F. SALZANO MASINI

(Coordenadora do GT)